

A Montanha-Russa da Pobreza, por Marcelo Néri

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Do Professor Marcelo Néri, da FGV Social. Esta nota calcula em frequência mensal indicadores baseados em renda domiciliar per capita de todas as fontes normalmente disponibilizados em janelas de mensuração anuais. Propõe-se discutir as implicações dessas janelas de mensuração em termos de medição de bem-estar social e destacar suas causas, tal como a chegada da covid-19 ao país e a adoção de novas políticas de rendas (Auxílios). Retrato - Em termos da última fotografia anual da pobreza, 10,8% da população estava abaixo da linha de pobreza de R\$ 210 per capita em 2021, cerca de 23 milhões de pessoas, em termos relativos ou absolutos o nível mais alto da série histórica. Esta linha embora baixa para suprir necessidades básicas é usada como critério de elegibilidade a algum benefício pelo Auxílio Brasil. Em termos de mudanças a proporção de pobres em bases anuais sobe 42,11% entre 2020 e 2021, correspondendo a 7,2 milhões de novos pobres em relação a 2020 e 3,6 milhões de novos pobres em relação ao pré pandemia. Mensais - as mudanças das séries de pobreza anuais no Brasil escondem no período recente flutuações com amplitude 5,7 vezes ainda mais pronunciadas observadas em séries mensais, dado o aumento de 238,5% da mesma em menos de seis meses. Esse é o salto entre o menor ponto de pobreza de todos os tempos experimentado em agosto de 2020, quando a mesma atinge 3,9%, e o ápice de 13,2% durante a interrupção do Auxílio Emergencial em março de 2021, o recorde histórico desta série iniciada em 2015. Coincidentemente, este novo pico de pobreza equivale quase ao pico gêmeo do primeiro mês da pandemia (13,3%). Os brasileiros mais pobres têm de fato vivido uma montanha-russa nos três últimos anos. A renda mensal dos 10% mais pobres já vinha em queda antes da chegada da covid-19 ao Brasil e despencou a menos da metade no início do isolamento social (R\$ 114 em novembro de 2019 a R\$ 52 em março de 2020). Desde este mínimo, a renda do grupo foi mais do que quadruplicada até seu pico histórico em agosto do mesmo ano (R\$ 215), na fase mais generosa do Auxílio Emergencial (AE). Daquele valor de pico, desabou, ficando 15,8% abaixo do nível pré-pandemia (R\$ 96 em novembro de 2021). Este último projeta tendência negativa pois incorpora os valores nominais fixados do novo Auxílio Brasil face o cenário prospectivo de inflação alta, especialmente para baixa renda. Auxílios - A fim de entender as causas das flutuações sociais mostramos as séries de renda domiciliar per capita média do trabalho para captar o efeito isolamento e as transferências sociais per capita em relação a toda população. Esta última sai de R\$ 11,77 em fevereiro de 2020 para R\$ 136,20 em julho de 2020 caindo para 13,93 em fevereiro de 2021. O último ponto da série que já incorpora o Auxílio Brasil substituindo o Auxílio Emergencial e o Programa Bolsa Família, o valor de transferências é de R\$ 19,29, 63,9% maior que logo antes da chegada da pandemia mas apenas 14,2% o valor encontrado no ápice do Auxílio Emergencial. Incidentalmente, contas realizadas pelo FGV Social com uma linha de pobreza em torno de R\$ 300 revelam um custo mensal per capita para superação de pobreza de R\$ 15 adicionais aos programas existentes na véspera da adoção do Auxílio Brasil.

